



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2024

DATA DE ABERTURA: 18/11/2024

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA 18/11/2024 ÀS 13:30 HORAS

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 14:00 HORAS DO DIA 18/11/2024 (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, RUA JOÃO EMÍLIO, 100 – CENTRO – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500.

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Administração e Logística

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 18/11/2024, no Departamento de Licitações da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as seguintes condições:

O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).





1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, esta licitação será **EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, para os itens cujo valor for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com exceção ao disposto no art.49 do respectivo diploma legal, ou seja:**

1.3.1 quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; e

1.3.2 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

2.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.4.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV;





2.4.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV e;

2.4.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme o ANEXO IV.

2.5. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

2.6 Não será admitido a participação de empresas em consórcio.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.





4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.4.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador no pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site <https://bnc.org.br/>, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4.8. A participação na Licitação, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.





4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2. Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEICOMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.





5.6. Poderão participar dos itens 01,03,04,05,09 e 19 , do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, autorizadas na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste edital.

5.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.7. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.8. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

5.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.10. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021;

5.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação juntamente com a proposta, conforme o subitem 6.1, deverá o vencedor apresentar no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro via sistema eletrônico, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





6.5. **Até as 13h30m**, os licitantes **poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;

7.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.5. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.





8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico <https://navegantes.sc.gov.br/>.

8.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo participante no tempo máximo permitido (15 segundos).

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20. A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o art. 32 do Decreto Federal nº 10.204/2019 e art. 56 da Lei 14.133/2021.

9.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.2. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.





9.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei 14.133/2021, mediante justificativa.

9.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei 14.133/2021.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM.**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.**

9.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.13. **A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.**





9.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.





11.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a) no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o subitem 11.1., que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. Será **desclassificada** a proponente que:

12.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

12.2.2 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

12.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3. Caso entenda necessário, o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **aferição de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

12.4. Da apresentação de planilha de custos; ou

12.4.1. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.5. A diligência servirá como subsídio para decisão do (a) Pregoeiro (a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A





análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

13.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União** - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União** - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**

13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo pregoeiro.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. **Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):**

13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:





a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.

b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.





13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021 (modelo disponível no anexo VII deste edital).

13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 13.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;
- e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;
- f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n. 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.9.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi





acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

13.10.2. Comprovação de capacidade para a execução do objeto, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

13.10.3. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990

13.10.4. PARA OS ITENS 01,03,04 E 05

Além dos requisitos apresentados nos itens 13.10.1. E 13.10.2., pede-se:

13.10.4.1. Prova de registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o visto junto ao CREA/CAU até o início dos serviços.

13.10.4.2. Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART, RRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, indicando que a proponente tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

13.10.4.3. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: por meio de contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: por meio de cópia do contrato social registrado na junta comercial;





d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

13.10.4.4. Caso a licitante participante não apresente, na data de abertura do certame, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **deverá apresentar DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo representante legal, informando que apresentará o devido profissional competente para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**

14. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO VI.

14.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

15. DAS DILIGÊNCIAS

15.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

15.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, **SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h: 00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA** do processo licitatório.

15.3. Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

15.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) em ata.

15.5. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/23 e no Decreto Municipal nº 361/2023.





15.6. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

15.7. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”, bem como, SOMENTE, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo (a) Pregoeiro (a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras de Licitações alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br.

15.8. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails será desconsiderado, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, no sistema BNC, algum e-mail diverso destes informados.

15.9. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos, em campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2. **As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

16.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br, sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

16.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.





16.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade estará autorizado (a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

16.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

17.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

17.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

17.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

17.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

17.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.





18.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VIII) e da Minuta do Contrato (Anexo IX), sendo parte integrante deste edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;
- b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;
- c) Advertência;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei 14.133/2021.





22.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

22.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

22.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

22.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.6. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; e/ ou adm.licitação@navegantes.sc.gov.br sítio no prazo de até 2(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

23.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e





documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

23.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

24.4. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/21.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h00min às 19h00min.





24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 dias após sua emissão.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

25.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO V – Declaração ME/EPP;

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VII – Minuta de Contrato.

ANEXO VIII – Planilha de Composição de Preço Unitário





ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

(Processo Administrativo nº.....)

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM OS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PLACA EXTERNA: FRONTLIGHT EM ACM, ESTRUTURA DE METALON E REFLETORES EXTERNOS. ACM COM AS INFORMAÇÕES EM ADESIVO DE RECORTE COLADO, CONFORME ARTE/PADRÕES ADOTADOS PELA CONTRATANTE. ACM COM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) PARA CADA 4 METROS QUADRADOS DE PLACA, COMPOSTO POR HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA	M²	400	R\$ 394,10	R\$ 157.640,00





	<p>EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA E EM REFLETOR DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS), LUZ BRANCA FRIA, PROTEÇÃO À PROVA D'ÁGUA (IP66) COM TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO, LOGOS E SÍMBOLOS DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DA PLACA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE.</p>				
02	<p>PLACA INTERNA: PLACAS EM PVC ADESIVADO, COM ADESIVO DE IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA QUALIDADE (4X0 CORES), COM ESPESSURA DE 2MM PARA COLAGEM NAS PORTAS E PAREDES, COM RECORTE ESPECIAL (CANTOS ARREDONDADOS), COM FITA DUPLA FACE PARA INSTALAÇÃO. CORES E ARTE A</p>	M ²	200	R\$ 75,33	R\$ 15.066,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	SEREM DEFINIDAS PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.				
03	TOTEM EXTERNO TIPO 1. TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,50 M E 1,30M DE LARGURA, COM 30 CM DE PROFUNDIDADE. TOTEM EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO, SAPATA EM CONCRETO DE 1,5M³, REVESTIMENTO EM ACM E INFORMAÇÕES EM ADESIVO RECORTE, ILUMINAÇÃO EXTERNA EM REFLETOR DE LED. CAIXA EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO EM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE) COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA. BASE INFERIOR CURVA (RAIO DE 40 CM). DESCRIÇÃO/LOGO CONFORME DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA, APLICADO EM ATÉ TODA A EXTENSÃO DA PLACA, EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), COM PINTURA AUTOMOTIVA NAS CORES DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. TEXTO EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), EM	UND	50	R\$ 9.266,67	R\$ 463.333,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS, SOLDADOS E PARAFUSADOS, COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA, REVESTIDA POR CHAPAS DE ACM EM COR A SER DEFINIDA BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL PARAFUSADA À FUNDAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO ARMADO. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO TOTEN, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA D'ÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO</p>				
---	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA/TOTEM. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DO TOTEM. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA/TOTEM E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE				
04	TOTEM EXTERNO TIPO 1: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,70M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO 0,20M DE LARGURA NO FORMATO RETO E 0,50M COM FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO	UNID	50	R\$ 7.937,67	R\$ 396.883,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30°, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR TERRACOTA E CINZA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES</p>				
--	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
05	TOTEM EXTERNO TIPO 2: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,50M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO NO FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30°, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR CINZA E TERRACOTA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA	UNID	50	R\$ 3.681,67	R\$ 184.083,50



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
06	PLACA DE INAUGURAÇÃO. PLACA DE AÇO INOX (304), ESPESSURA 1,2 MM, GRAVADO EM BAIXO RELEVO, MEDIDAS APROXIMADAS 65 X 50 CM, COM PARAFUSOS E BUCHAS. ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA	UNID	100	R\$ 598,33	R\$ 59.833,00
07	PLACA DE HOMENAGEM COM ESTOJO EM VELUDO: PLACA EM AÇO INOX ESCOVADO, GRAVAÇÃO EM ALTO E BAIXO RELEVO, PINTURA EM ATÉ 04 CORES, DIMENSÕES: 17 X 23 CM; EMBALAGEM: CAIXA EM MDF NA COR PRETA COM LOGOMARCA DA PREFEITURA	UNID	70	R\$ 120,05	R\$ 8.403,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	GRAVADA NA PARTE SUPERIOR, PARTE INTERNA REVESTIDA COM VELUDO AZUL				
08	PAINEL/MURAL EM ACM COM BOLSAS EM ACRÍLICO PARA DOCUMENTOS, ARTE INCLUSA, COM INSTALAÇÃO	M ²	40	R\$ 246,51	R\$ 9.860,40
09	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLOTAGEM – ADESIVO DE VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (1440DPI) DE LONGA DURAÇÃO COM LAMINAÇÃO TRANSPARENTE, ALTA ADERÊNCIA, APLICÁVEL EM SUPERFÍCIES DIVERSAS, REMOVENDO PLOTAGENS PRÉ EXISTENTES. A APLICAÇÃO DA PLOTAGEM SERÁ IDENTIFICATIVA EM PAINÉIS PLANOS (VIDROS, PORTAS, JANELAS E FACHADAS) COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES	M ²	2.000	R\$ 69,97	R\$ 139.940,00
10	PLOTAGEM DE VEÍCULOS, EM ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0, COM VERNIZ UV.(USO EXTERNO). COM REMOÇÃO DE PLOTAGENS EXISTENTES, ARTE E INSTALAÇÃO INCLUSA.	M ²	300	R\$ 74,92	R\$ 22.476,00
11	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 2.00X1.00M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 101,00	R\$ 10.100,00
12	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 3.00X1.20M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 111,20	R\$ 11.120,00



13	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 1,20X0,90M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL	UNID	100	R\$ 71,66	R\$ 7.166,00
14	CARTÃO DO CEFIR – PAPEL OFFSET 240 G BRANCO, MEDIDAS APROXIMADAS 7,5 X 10,5 CM COR 1X1	UNID	15.000	R\$ 0,18	R\$ 2.700,00
15	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO/MANIPULADOR DE ALIMENTOS - 15 X 10 PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM (ABERTO) , E 7,5 X 10 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	80.000	R\$ 0,52	R\$ 41.600,00
16	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO - PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 28,5X 7,5 CM (ABERTO) , E 9,5 X 7,5 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	100.000	R\$ 0,49	R\$ 49.000,00
17	CARTEIRA/VACINA , MEDIDAS APROXIMADAS 10 X 6 CORES – PAPEL OFFSET 240G. (CONFORME MODELO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	UNID	50.000	R\$ 0,56	R\$ 28.000,00
18	CARTEIRA CONTROLE PRESSÃO E GLICEMIA, 11CM DE ALTURA E 21 CM DECOMP (ABERTO) E 11CM DE ALTURA E 10,5 CM DE LARGURA (FECHADO), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO , IMPRESSAO 1X1,	UNID	60.000	R\$ 0,27	R\$ 16.200,00
19	CADERNETA DA GESTANTE; LIVRETO, FORMATO FECHADO: 14 X 21,5 CM FORMATO CAPA	UNID	40.000	R\$ 15,04	R\$ 601.600,00



PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	ABERTA: 52,8 X 21,5 CM COM 3 DOBRAS CORES CAPA: 4X2 CORES MIOLO: 2X2 PAPEL CAPA: ALTO ALVURA OFF SET 240G; PAPEL MIOLO: PAPEL ALTO ALVURA OFF SET 120G ACABAMENTO: DOIS GRAMPOS CANOA; FORMATO ABERTO: 51,4 X 21,5 CM 3 DOBRAS CORES 2X2; PAPEL: ALTO ALVURA OFF SET 120G. Nº DE PÁGINAS 61 NO TOTAL				
20	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS, MEDIDAS APROXIMADAS 21X21CM EM PAPEL COUCHÉ, COM 1 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4	UNID	10.000	R\$ 0,71	R\$ 7.100,00
21	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X0	UNID	15.000	R\$ 0,40	R\$ 6.000,00
22	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X4	UNID	15.000	R\$ 0,63	R\$ 9.450,00
23	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 30X21CM (ABERTO) E 10X21 (FECHADO) EM PAPEL COUCHÉ, COM 2 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4	UNID	3.000	R\$ 0,66	R\$ 1.980,00
24	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINA MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00
25	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINO MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00



	SAÚDE				
26	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL, PAPEL OFF SET 75G/M@² AZUL, NUMERADO, 2 VIAS VIA , ACABAMENTO COLA E SERRILHA . BLOCO COM 50 FOLHAS	UNID	5.000	R\$ 8,76	R\$ 43.816,67
27	LIVRETO EM PAPEL COUCHÊ 90G 4X4 CORES. DIMENSÕES ABERTO: 30X20CM. DIMENSÕES FECHADO: 20X15CM. QUANTIDADE APROXIMADA DE PÁGINAS: 20. GRAMPEADO	UNID	15.000	R\$ 4,45	R\$ 66.750,00
28	CARTEIRA DE SAÚDE - 15 X 10 PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. FRENTE E VERSO, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	20.000	R\$ 0,93	R\$ 18.666,67
29	CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PACIENTE COM SUSPEITA DE DENGUE - TAMANHO 20,5 X 9 CM, FRENTE E VERSO.), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO, IMPRESSAO 1X1	UNID	50.000	R\$ 0,78	R\$ 38.833,33
30	PASTA COM ORELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X1, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE 300G, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UNID	5.000	R\$ 1,58	R\$ 7.900,00
31	PASTA COM OR ELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X0, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE 300G, ARTE A SER DEFINIDA	UNID	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00



PELA CONTRATANTE						
32	TAPETE TIPO CAPACHO CLEANKAP (NYLON) 6MM ANTIDERRAPANTE, BORDA FLEX, TAMANHOS, CORES E INSCRIÇÃO A DEFINIR, RESISTENTE A ÁGUA, EFICIÊNCIA NA RETENÇÃO DE SUJEIRA, FÁCIL MANUTENÇÃO E LIMPEZA	M ²	300	R\$ 198,77	R\$ 59.631,00	
33	PORTA BANNER COM GARRAS, MEDIDA APROXIMADA ALTURA 2,20M .	UNID	50	R\$ 200,17	R\$ 10.008,50	
TOTAL GERAL					R\$ 2.661.274,90	

1.2 O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação anual não está alinhada ao Plano de Contratações Anual (não houve um a previsão anual no ano anterior).

2.3. A pesquisa de preço, foi realizada considerando os parâmetros dispostos nos termos da Instrução Normativa SAL nº001/2024, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), Portal Banco de Preços, em sítios eletrônicos de outros municípios, utilizando de contratações similares feitas pela Administração Pública, como parâmetro para composição de preço. Foram feitas também pesquisa com empresas especializadas na comercialização do objeto desejado. Porém não obtivemos sucesso, haja vista que os objetos contêm características particulares, apenas uma empresa





forneceu orçamento.

2.4. Com o objetivo de identificar e buscar as soluções no mercado nacional que melhor atendam às necessidades e interesses do Município de Navegantes/SC, por se tratarem de objetos comuns, a licitação na sua forma eletrônica é a solução mais viável para a Administração, levando em conta os princípios da economicidade, publicidade, transparência e interesse público.

2.5. Assim, tendo justificada sua necessidade, a Secretaria Municipal de Administração e Logística de Navegantes/SC., solicita a abertura deste processo licitatório.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O produto deverá atender às seguintes características:

4.1.1. Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima (item 1.1), que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor;

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3. Trata-se da prestação de serviços de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

4.5. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

4.6. A empresa contratada deverá assegurar a resistência e a durabilidade dos totens e painéis, bem como cumprir com todas as especificações e exigências descritas nos projetos e nas demais discriminações do instrumento convocatório.





4.7. São considerados requisitos essenciais à contratação a utilização de materiais com garantia de qualidade e procedência, a capacidade técnica, com conhecimento e experiência na área específica do objeto, capacidade financeira para realizar o trabalho proposto, cumprimento do prazo de entrega, cumprimento das normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho

4.8. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

4.8.1. Comprovação de capacidade para a execução do objeto, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

4.8.2. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990

4.8.3. PARA OS ITENS 01,03,04 E 05

Além dos requisitos apresentados nos itens 4.8.1 E 4.8.2. pede-se:

4.8.3.1. Prova de registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o visto junto ao CREA/CAU até o início dos serviços.

4.8.3.2. Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART, RRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, indicando que a proponente tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

4.8.3.3. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- e) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- f) se prestador de serviços: por meio de contrato de prestação de serviço;





g) se sócio da empresa: por meio de cópia do contrato social registrado na junta comercial;

h) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

4.8.3.4. Caso a licitante participante não apresente, na data de abertura do certame, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **deverá apresentar DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo representante legal, informando que apresentará o devido profissional competente para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados do(a) dia do envio da solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Os bens de deverão ser entregues e instalados por meio próprio em até 30(tinta) dias após a emissão da Solicitação de compras em local que será oportunamente informado pela Secretaria Municipal solicitante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.





6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido





pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE ENTREGA E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas





pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM

Regime de execução

8.2. O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC

Exigências de habilitação

8.3. Conforme art. 65 da lei n. 14.133/2021 as condições de habilitação serão definidas em edital.

Habilitação jurídica

8.4. A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6. A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.7. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

8.8. Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente serviços em





atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

8.9. PARA OS ITENS 01,03,04 E 05

Além dos requisitos apresentados nos itens 8.7. E 8.8., pede-se:

8.9.1. Prova de registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o visto junto ao CREA/CAU até o início dos serviços.

8.9.2. Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART, RRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, indicando que a proponente tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

8.9.3. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: por meio de contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: por meio de cópia do contrato social registrado na junta comercial;
- d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

8.9.4. Caso a licitante participante não apresente, na data de abertura do certame, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **deverá apresentar DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo representante legal, informando que apresentará o devido profissional competente para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**





9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.661.274,90 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais, noventa centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima] **OU** [em anexo].

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de REGISTRO DE PREÇO não é necessário indicar a dotação orçamentária

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a realização do procedimento licitatório.

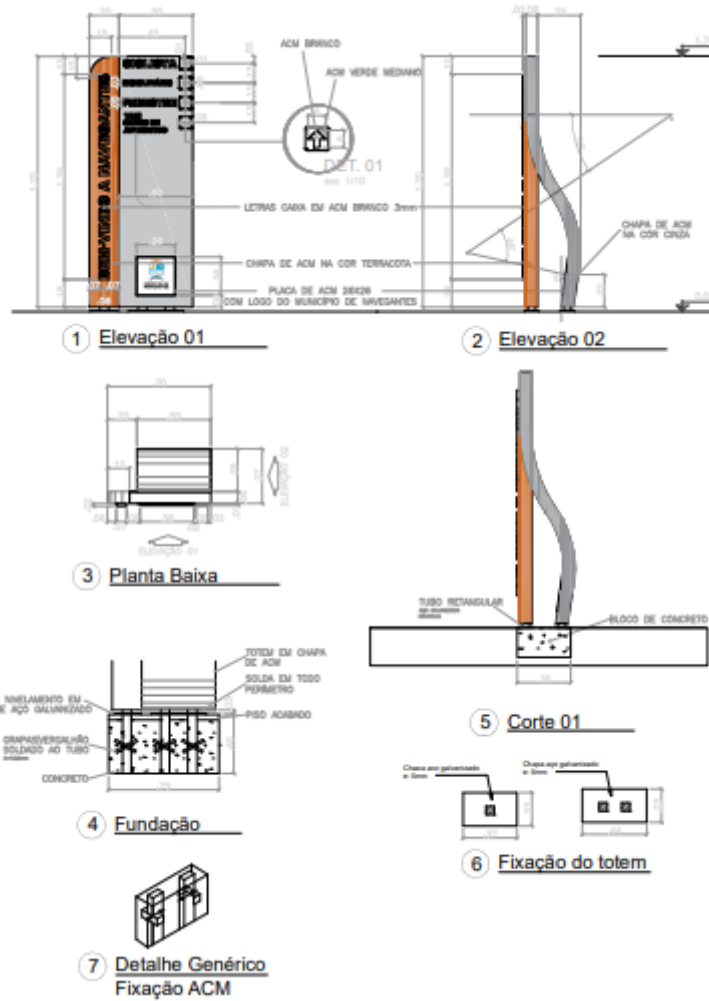
Navegantes, 30 de setembro de 2024

DITMAR ALFONSO ZIMATH

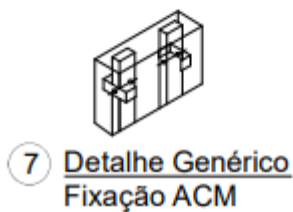
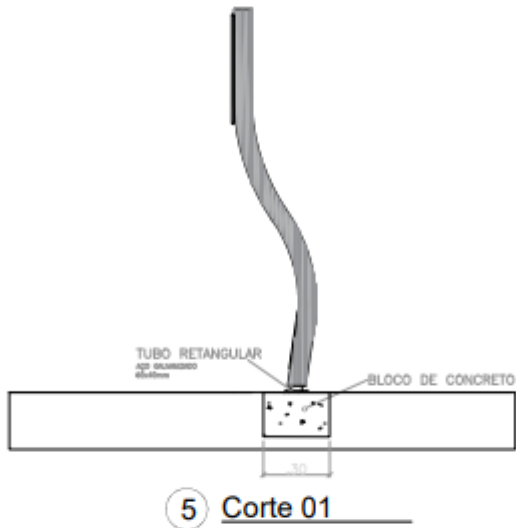
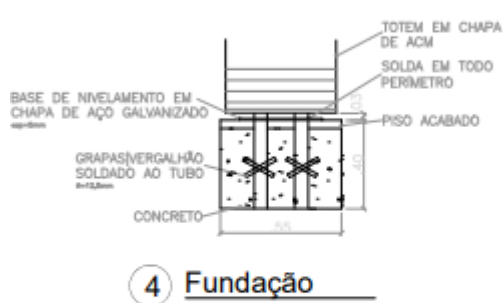
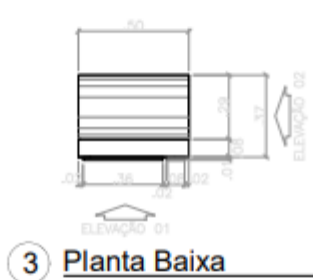
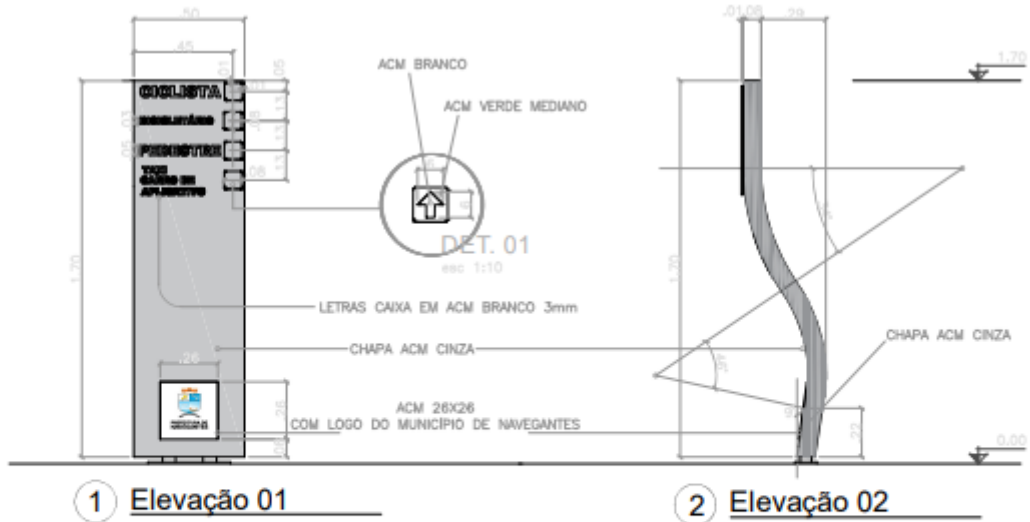
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



Anexo
Modelo ilustrativo totem
Item 04



Item 05





ANEXO I – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Trata-se de Estudo Técnico preliminar elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica para futura **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM OS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. De forma a possibilitar a eficácia da sinalização de ambientes e da comunicação visual dos prédios públicos do município de Navegantes/SC, bem como auxiliar a divulgação das atividades e campanhas realizadas para a população, é necessária a utilização de variados itens, como placas de identificação de setores e unidades, placas de inauguração, Totens, Banner, Tapetes personalizados, entre outros. O fornecimento desses materiais é fundamental para atender, de forma ágil e eficaz, a demanda ocasionada pela abertura de novas unidades, alterações espaciais de ambientes, mudanças de setores, assim como para o permanente aperfeiçoamento da sinalização de ambientes e comunicação visual deste Regional.

1.3. O fornecimento será de forma parcelada, ou seja, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Turismo, e a partir do recebimento do Empenho, a contratada deverá atender as condições e prazos para efetuar a entrega e instalação do objeto;

1.4. O critério de julgamento será feito por MENOR PREÇO POR ITEM

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O município não possui Plano de Contratações Anual.





3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

3.1. A empresa contratada deverá assegurar a resistência e a durabilidade dos totens e painéis, bem como cumprir com todas as especificações e exigências descritas nos projetos e nas demais discriminações do instrumento convocatório.

3.2. São considerados requisitos essenciais à contratação a utilização de materiais com garantia de qualidade e procedência, a capacidade técnica, com conhecimento e experiência na área específica do objeto, capacidade financeira para realizar o trabalho proposto, cumprimento do prazo de entrega, cumprimento das normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho

3.3. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

3.3.1. Comprovação de capacidade para a execução do objeto, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado (Atestado de Capacidade Técnica) (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

3.3.2. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990

PARA OS ITENS 01,03,04 E 05

Além dos requisitos apresentados nos itens 3.3.1. E 3.3.2., pede-se:

3.3.2. Prova de registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, da região da sede da empresa. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o visto junto ao CREA/CAU até o início dos serviços.

3.3.3. Comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART, RRT ou Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU, indicando que a proponente tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

3.3.4. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou





serviço de características semelhantes, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- i) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- j) se prestador de serviços: por meio de contrato de prestação de serviço;
- k) se sócio da empresa: por meio de cópia do contrato social registrado na junta comercial;
- l) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

3.3.5. Caso a licitante participante não apresente, na data de abertura do certame, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **deverá apresentar DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo representante legal, informando que apresentará o devido profissional competente para fins de assinatura de contrato ou documento equivalente.**

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A pesquisa de preço, foi realizada considerando os parâmetros dispostos nos termos da Instrução Normativa SAL nº001/2024, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), Portal Banco de Preços, em sítios eletrônicos de outros municípios, utilizando de contratações similares feitas pela Administração Pública, como parâmetro para composição de preço. Foram feitas também pesquisa com empresas especializadas na comercialização do objeto desejado. Porém não obtivemos sucesso, haja vista que os objetos contêm características particulares, apenas uma empresa forneceu orçamento. Com o objetivo de identificar e buscar as soluções no mercado nacional que melhor atendam às necessidades e interesses do Município de Navegantes/SC, por se tratarem de objetos comuns, a licitação na sua forma eletrônica é a solução mais viável para a Administração, levando em conta os princípios da economicidade, publicidade transparência e interesse público.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Os quantitativos foram estimados conforme demandas, de acordo com as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:





6.1 A estimativa dos preços será feita por meio de pesquisa de mercado a ser realizada com pelo menos 03 (três) orçamentos por ITEM que ofereçam a solução proposta neste estudo preliminar. Na Tabela a seguir é apresentado o cálculo do valor estimado da contratação, com base na média de valor dos orçamentos apresentador:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PLACA EXTERNA: FRONTLIGHT EM ACM, ESTRUTURA DE METALON E REFLETORES EXTERNOS. ACM COM AS INFORMAÇÕES EM ADESIVO DE RECORTE COLADO, CONFORME ARTE/PADRÕES ADOTADOS PELA CONTRATANTE. ACM COM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) PARA CADA 4 METROS QUADRADOS DE PLACA, COMPOSTO POR HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA E EM REFLETOR DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS), LUZ BRANCA FRIA, PROTEÇÃO À PROVA D'ÁGUA (IP66) COM TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO, LOGOS E SÍMBOLOS DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU	M²	400	R\$ 394,10	R\$ 157.640,00





	PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DA PLACA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE.				
02	PLACA INTERNA: PLACAS EM PVC ADESIVADO, COM ADESIVO DE IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA QUALIDADE (4X0 CORES), COM ESPESSURA DE 2MM PARA COLAGEM NAS PORTAS E PAREDES, COM RECORTE ESPECIAL (CANTOS ARREDONDADOS), COM FITA DUPLA FACE PARA INSTALAÇÃO. CORES E ARTE A SEREM DEFINIDAS PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	M ²	200	R\$ 75,33	R\$ 15.066,00
03	TOTEM EXTERNO TIPO 1. TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,50 M E 1,30M DE LARGURA, COM 30 CM DE PROFUNDIDADE. TOTEM EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO, SAPATA EM CONCRETO DE 1,5M ³ , REVESTIMENTO EM ACM E INFORMAÇÕES EM ADESIVO RECORTE, ILUMINAÇÃO	UND	50	R\$ 9.266,67	R\$ 463.333,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>EXTERNA EM REFLETOR DE LED. CAIXA EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO EM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE) COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA. BASE INFERIOR CURVA (RAIO DE 40 CM). DESCRIÇÃO/LOGO CONFORME DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA, APLICADO EM ATÉ TODA A EXTENSÃO DA PLACA, EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), COM PINTURA AUTOMOTIVA NAS CORES DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. TEXTO EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), EM COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS, SOLDADOS E PARAFUSADOS, COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA, REVESTIDA POR CHAPAS DE ACM EM COR A SER DEFINIDA BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL PARAFUSADA À FUNDAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO ARMADO. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA.</p>				
--	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	<p>ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO TOTEM, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA D'ÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA/TOTEM. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DO TOTEM. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA/TOTEM E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE</p>				
04	TOTEM EXTERNO TIPO 1: TOTEM	UNID	50	R\$ 7.937,67	R\$ 396.883,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,70M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO 0,20M DE LARGURA NO FORMATO RETO E 0,50M COM FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30°, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR TERRACOTA E CINZA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU</p>				
---	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	<p>PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.</p>				
05	<p>TOTEM EXTERNO TIPO 2: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,50M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO NO FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30°, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E</p>	UNID	50	R\$ 3.681,67	R\$ 184.083,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	<p>HOMOGÊNEA.REVESTIMENTO EM ACM EM COR CINZA E TERRACOTA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.</p>				
06	<p>PLACA DE INAUGURAÇÃO. PLACA DE AÇO INOX (304), ESPESSURA 1,2 MM, GRAVADO EM BAIXO RELEVO, MEDIDAS APROXIMADAS 65 X 50 CM, COM PARAFUSOS E BUCHAS. ARTE A SER DEFINIDA PELA</p>	UNID	100	R\$ 598,33	R\$ 59.833,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA				
07	PLACA DE HOMENAGEM COM ESTOJO EM VELUDO: PLACA EM AÇO INOX ESCOVADO, GRAVAÇÃO EM ALTO E BAIXO RELEVO, PINTURA EM ATÉ 04 CORES, DIMENSÕES: 17 X 23 CM; EMBALAGEM: CAIXA EM MDF NA COR PRETA COM LOGOMARCA DA PREFEITURA GRAVADA NA PARTE SUPERIOR, PARTE INTERNA REVESTIDA COM VELUDO AZUL	UNID	70	R\$ 120,05	R\$ 8.403,50
08	PAINEL/MURAL EM ACM COM BOLSAS EM ACRÍLICO PARA DOCUMENTOS, ARTE INCLUSA, COM INSTALAÇÃO	M ²	40	R\$ 246,51	R\$ 9.860,40
09	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLOTAGEM – ADESIVO DE VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (1440DPI) DE LONGA DURAÇÃO COM LAMINAÇÃO TRANSPARENTE, ALTA ADERÊNCIA, APLICÁVEL EM SUPERFÍCIES DIVERSAS, REMOVENDO PLOTAGENS PRÉ EXISTENTES. A APLICAÇÃO DA PLOTAGEM SERÁ IDENTIFICATIVA EM PAINÉIS PLANOS (VIDROS, PORTAS, JANELAS E FACHADAS) COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES	M ²	2.000	R\$ 69,97	R\$ 139.940,00
10	PLOTAGEM DE VEÍCULOS, EM ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0, COM VERNIZ UV.(USO EXTERNO). COM REMOÇÃO DE PLOTAGENS	M ²	300	R\$ 74,92	R\$ 22.476,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	EXISTENTES, ARTE E INSTALAÇÃO INCLUSA.				
11	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 2.00X1.00M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 101,00	R\$ 10.100,00
12	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 3.00X1.20M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 111,20	R\$ 11.120,00
13	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 1,20X0,90M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL	UNID	100	R\$ 71,66	R\$ 7.166,00
14	CARTÃO DO CEFIR – PAPEL OFFSET 240 G BRANCO, MEDIDAS APROXIMADAS 7,5 X 10,5 CM COR 1X1	UNID	15.000	R\$ 0,18	R\$ 2.700,00
15	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO/MANIPULADOR DE ALIMENTOS - 15 X 10 PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM (ABERTO) , E 7,5 X 10 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	80.000	R\$ 0,52	R\$ 41.600,00
16	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO - PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 28,5X 7,5 CM (ABERTO) , E 9,5 X 7,5 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	100.000	R\$ 0,49	R\$ 49.000,00
17	CARTEIRA/VACINA , MEDIDAS APROXIMADAS 10 X 6 CORES – PAPEL OFFSET 240G. (CONFORME MODELO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	UNID	50.000	R\$ 0,56	R\$ 28.000,00
18	CARTEIRA CONTROLE PRESSÃO E GLICEMIA, 11CM DE ALTURA E	UNID	60.000	R\$ 0,27	R\$ 16.200,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



	21 CM DECOMP (ABERTO) E 11CM DE ALTURA E 10,5 CM DE LARGURA (FECHADO), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO , IMPRESSAO 1X1,				
19	CADERNETA DA GESTANTE; LIVRETO, FORMATO FECHADO: 14 X 21,5 CM FORMATO CAPA ABERTA: 52,8 X 21,5 CM COM 3 DOBRAS CORES CAPA: 4X2 CORES MIOLO: 2X2 PAPEL CAPA: ALTO ALVURA OFF SET 240G; PAPEL MIOLO: PAPEL ALTO ALVURA OFF SET 120G ACABAMENTO: DOIS GRAMPOS CANOA; FORMATO ABERTO: 51,4 X 21,5 CM 3 DOBRAS CORES 2X2; PAPEL: ALTO ALVURA OFF SET 120G. Nº DE PÁGINAS 61 NO TOTAL	UNID	40.000	R\$ 15,04	R\$ 601.600,00
20	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS, MEDIDAS APROXIMADAS 21X21CM EM PAPEL COUCHÉ, COM 1 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4	UNID	10.000	R\$ 0,71	R\$ 7.100,00
21	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X0	UNID	15.000	R\$ 0,40	R\$ 6.000,00
22	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X4	UNID	15.000	R\$ 0,63	R\$ 9.450,00
23	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 30X21CM (ABERTO) E 10X21 (FECHADO) EM PAPEL COUCHÉ, COM 2 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4	UNID	3.000	R\$ 0,66	R\$ 1.980,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



24	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINA MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00
25	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINO MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00
26	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL, PAPEL OFF SET 75G/M@² AZUL, NUMERADO, 2 VIAS VIA, ACABAMENTO COLA E SERRILHA. BLOCO COM 50 FOLHAS	UNID	5.000	R\$ 8,76	R\$ 43.816,67
27	LIVRETO EM PAPEL COUCHÊ 90G 4X4 CORES. DIMENSÕES ABERTO: 30X20CM. DIMENSÕES FECHADO: 20X15CM. QUANTIDADE APROXIMADA DE PÁGINAS: 20. GRAMPEADO	UNID	15.000	R\$ 4,45	R\$ 66.750,00
28	CARTEIRA DE SAÚDE - 15 X 10 PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. FRENTE E VERSO, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	20.000	R\$ 0,93	R\$ 18.666,67
29	CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PACIENTE COM SUSPEITA DE DENGUE - TAMANHO 20,5 X 9 CM, FRENTE E VERSO.), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO, IMPRESSAO 1X1	UNID	50.000	R\$ 0,78	R\$ 38.833,33
30	PASTA COM ORELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X1, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE 300G, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UNID	5.000	R\$ 1,58	R\$ 7.900,00
31	PASTA COM OR ELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X0, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE	UNID	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00





	300G, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE				
32	TAPETE TIPO CAPACHO CLEANKAP (NYLON) 6MM ANTIDERRAPANTE, BORDA FLEX, TAMANHOS, CORES E INSCRIÇÃO A DEFINIR, RESISTENTE A ÁGUA, EFICIÊNCIA NA RETENÇÃO DE SUJEIRA, FÁCIL MANUTENÇÃO E LIMPEZA	M²	300	R\$ 198,77	R\$ 59.631,00
33	PORTA BANNER COM GARRAS, MEDIDA APROXIMADA ALTURA 2,20M .	UNID	50	R\$ 200,17	R\$ 10.008,50
TOTAL GERAL					R\$ 2.661.274,90

6.2. Considerando os orçamentos encontrados, optou-se pelo uso do **MENOR VALOR POR ITEM**, que resultou no valor orçado estimado de R\$ 2.661.274,90 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais, noventa centavos), por entendermos que o preço já se encontra suficientemente refletindo o mercado.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução inclui:

- atendimento, de forma ágil e eficaz, a demanda ocasionada pela abertura de novas unidades, alterações espaciais de ambientes, mudanças de setores, assim como para o permanente aperfeiçoamento da sinalização de ambientes e comunicação visual deste Regional.

A escolha da solução é justificada pela melhor relação custo-benefício, alinhamento com práticas sustentáveis e suporte técnico eficiente, proporcionando maior segurança e continuidade operacional.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO:

A execução do objeto será realizada por item e verificado que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla





participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo. Os itens não trazem dependência entre si, podendo ser adquiridos separadamente.

Assim sendo, se considera possível adotar esta forma de aquisição parcelada, objetivando melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes em andamento que possam interferir no planejamento da futura contratação.

10 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

O resultado pretendido é a gestão eficiente, planejada e resolutiva da execução do serviço prestado aos munícipes, proporcionando maior visibilidade, celeridade no desempenho das atividades, otimização do tempo, manutenção da continuidade operacional e também o fortalecimento da padronização visual e comunicação com o público interno e externo.

11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

não se identifica a necessidade de providências complementares, da mesma forma, não há necessidade de transição contratual, não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, sendo classificadas em positivas ou negativas. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

Ao caso em tela, os impactos ambientais serão negativos. A contratação em questão, voltada para serviços gráficos, apresenta impactos ambientais e socioambientais que demandam atenção e medidas mitigadoras. Os impactos ambientais negativos podem estar associados ao consumo de recursos naturais, emissões de poluentes e geração





de resíduos sólidos provenientes da produção gráfica. Para mitigar tais impactos, é crucial estabelecer requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos durante o processo produtivo.

A adoção de práticas sustentáveis, como o uso de insumos certificados e tintas, contribuirá para minimizar as consequências adversas ao meio ambiente. A implementação de logística reversa para o desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, assegurará a destinação adequada dos resíduos gerados, promovendo a economia circular e reduzindo o impacto no ambiente.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A solução apresenta a viabilidade técnica, bem como fornecedores capazes de atender a necessidade da Administração.

Diante de todo o exposto, esta secretaria considera viável e necessária a contratação do objeto pretendido.

Navegantes, 30 de setembro de 2024.

ALESSANDRA CARLA DOS SANTOS
Servidora Pública Municipal
Matrícula 63535601

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretário de Administração e Logística





ANEXO II

HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo (a) Pregoeiro (a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e





eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, além do art. 59, § 2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.





ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO (AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC)

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	TOTAL EM R\$					
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					
	DADOS DO PROPONENTE					
	Nome:					





Razão Social:

Endereço Completo:
CNPJ:
Telefone: E-mail:
VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias corridos):
PRAZO PARA ENTREGA:
GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS: Mínima de 01 (um) ano.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediante emissão de nota fiscal).
LOCAL PARA ENTREGA:
LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

LOCAL/DATA _____

Agência Bancaria n° _____

Banco: _____

Conta-Corrente n° _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;





- f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;
- g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.
- h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.
- j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 155/2024.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM CADASTRO DE RESERVA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

Aos.....do mês.....do ano 2024 na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e pelo Secretário Municipal de Administração e logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, nomeado através da Portaria n. 01/2021, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 155/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 155/2024, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 361/2023, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro..., Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

Código	Empresa	Itens

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO





O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.**

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal de Navegantes relacionadas no objeto deste Edital;

2.3. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma





estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

2.4. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

2.5. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

3.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.





4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. A formação de cadastro de reserva será utilizada para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.





4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação no valor do adjudicatário, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;





5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Compete ao Órgão Gestor:

6.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

6.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

6.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

6.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

6.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

6.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

6.7. Emitir a autorização de compra;





- 6.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 6.9. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.
- 6.10. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 6.11. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 6.12. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 6.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 6.14. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 6.15. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 6.16. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.17. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 6.18. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 6.19. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 6.20. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;





- 6.21. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 6.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 6.23. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.
- 6.24. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;
- 6.25. O Material deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o envio da Ordem de Compra.
- 6.25. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.
- 6.27. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

7. CLÁUSULASÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento





de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

7.8. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.9. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.10. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.11. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.12. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.13. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;





8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, após o fornecimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento dos materiais emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas na ATA;





9.2. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS MATERIAIS;

9.3. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

9.4. O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

9.5. Todos os materiais deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital;

9.6. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os materiais fornecidos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

9.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

9.8. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;





- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na





forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade





ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO MINUTA PARA AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º/.....

EDITAL DE N.º/.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC,
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n./....*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E TAPETES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, CONTEMPLANDO APLICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E**





FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PLACA EXTERNA: FRONTLIGHT EM ACM, ESTRUTURA DE METALON E REFLETORES EXTERNOS. ACM COM AS INFORMAÇÕES EM ADESIVO DE RECORTE COLADO, CONFORME ARTE/PADRÕES ADOTADOS PELA CONTRATANTE. ACM COM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) PARA CADA 4 METROS QUADRADOS DE PLACA, COMPOSTO POR HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA E EM REFLETOR DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS), LUZ BRANCA FRIA, PROTEÇÃO À PROVA D'ÁGUA (IP66) COM TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO, LOGOS E SÍMBOLOS DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS	M ²	400	R\$ 394,10	R\$ 157.640,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	(OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DA PLACA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE.				
02	PLACA INTERNA: PLACAS EM PVC ADESIVADO, COM ADESIVO DE IMPRESSÃO DIGITAL EM ALTA QUALIDADE (4X0 CORES), COM ESPESSURA DE 2MM PARA COLAGEM NAS PORTAS E PAREDES, COM RECORTE ESPECIAL (CANTOS ARREDONDADOS), COM FITA DUPLA FACE PARA INSTALAÇÃO. CORES E ARTE A SEREM DEFINIDAS PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	M ²	200	R\$ 75,33	R\$ 15.066,00
03	TOTEM EXTERNO TIPO 1. TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,50 M E 1,30M DE LARGURA, COM 30 CM DE PROFUNDIDADE. TOTEM EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO, SAPATA EM CONCRETO DE 1,5M ³ , REVESTIMENTO EM ACM E	UND	50	R\$ 9.266,67	R\$ 463.333,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>INFORMAÇÕES EM ADESIVO RECORTE, ILUMINAÇÃO EXTERNA EM REFLETOR DE LED. CAIXA EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO EM COR A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE) COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA. BASE INFERIOR CURVA (RAIO DE 40 CM). DESCRIÇÃO/LOGO CONFORME DEFINIDO PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA, APLICADO EM ATÉ TODA A EXTENSÃO DA PLACA, EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), COM PINTURA AUTOMOTIVA NAS CORES DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. TEXTO EM PVC EXPANDIDO COM 2 CM DE ESPESSURA (RELEVO), EM COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS METÁLICOS, SOLDADOS E PARAFUSADOS, COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA, REVESTIDA POR CHAPAS DE ACM EM COR A SER DEFINIDA BASE DE SUSTENTAÇÃO EM CHAPA DE AÇO ESTRUTURAL PARAFUSADA À FUNDAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO ARMADO. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA</p>				
--	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO TOTEM, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA D'ÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA/TOTEM. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 10 METROS DO TOTEM. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA/TOTEM</p>				
---	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE				
04	TOTEM EXTERNO TIPO 1: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,70M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO 0,20M DE LARGURA NO FORMATO RETO E 0,50M COM FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30°, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR TERRACOTA E CINZA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO)	UNID	50	R\$ 7.937,67	R\$ 396.883,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	<p>FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.</p>				
05	<p>TOTEM EXTERNO TIPO 2: TOTEM EXTERNO DUPLA FACE (FRENTE E VERSO) MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,70M DE ALTURA E 0,50M DE LARGURA, COM 8CM DE PROFUNDIDADE, SENDO NO FORMATO CURVO COM ÂNGULO DE 46° EM UMA FACE E 34° EM OUTRA FACE. TOTEM E BASE NIVELADORA EM ESTRUTURA DE FERRO, SAPATA EM CONCRETO DE ATÉ 0,15M³, COM GRAPAS DE</p>	UNID	50	R\$ 3.681,67	R\$ 184.083,50





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



<p>AÇO DE 12,5MM SOLDADAS NA SUA FUNDAÇÃO. OS VERGALHÕES (GRAPAS) DEVERÃO SER SOLDADOS AO TUBO RETANGULAR DE AÇO AOS PARES E EM FACES OPOSTAS, EM ÂNGULOS APROXIMADOS DE 30º, DISTANDO 10CM E 25CM A PARTIR DO FINAL DO TUBO. A SOLDA DEVE SER DO TIPO MIG, ISENTA DE ESCÓRIAS E HOMOGÊNEA. REVESTIMENTO EM ACM EM COR CINZA E TERRACOTA CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE E INFORMAÇÕES EM LETRAS DE ACM BRANCO DE 2CM DE ESPESSURA (RELEVO) FIXADAS JUNTO A CAIXA DE ACM COM ALTURA DE ATÉ 6CM E 2MM DE ESPESSURA, INCLUINDO DESENHO DA LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E FLECHAS DE SINALIZAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO DA CONTRATANTE. CAIXA EM ACM (FIXADO EM CANTONEIRAS OU PRESILHAS DE ALUMÍNIO) COM 3 MM DE ESPESSURA, VEDADOS COM TARUGOS E SILICONE COM ESTRUTURA INTERNA EM TUBOS RETANGULARES METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI COR GRAFITE. ACABAMENTOS REBITES E PARAFUSOS EMBUTIDOS</p>				
--	--	--	--	--





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	APLICADOS NA PARTE LATERAL DA ESTRUTURA, SEM A PRESENÇA DE PARAFUSOS APARENTES NAS FACES PRINCIPAIS DA PLACA. DEMAIS DETALHES DEVEM SER VERIFICADOS NO PROJETO.				
06	PLACA DE INAUGURAÇÃO. PLACA DE AÇO INOX (304), ESPESSURA 1,2 MM, GRAVADO EM BAIXO RELEVO, MEDIDAS APROXIMADAS 65 X 50 CM, COM PARAFUSOS E BUCHAS. ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE, CONFORME DEMANDA	UNID	100	R\$ 598,33	R\$ 59.833,00
07	PLACA DE HOMENAGEM COM ESTOJO EM VELUDO: PLACA EM AÇO INOX ESCOVADO, GRAVAÇÃO EM ALTO E BAIXO RELEVO, PINTURA EM ATÉ 04 CORES, DIMENSÕES: 17 X 23 CM; EMBALAGEM: CAIXA EM MDF NA COR PRETA COM LOGOMARCA DA PREFEITURA GRAVADA NA PARTE SUPERIOR, PARTE INTERNA REVESTIDA COM VELUDO AZUL	UNID	70	R\$ 120,05	R\$ 8.403,50
08	PAINEL/MURAL EM ACM COM BOLSAS EM ACRÍLICO PARA DOCUMENTOS, ARTE INCLUSA, COM INSTALAÇÃO	M ²	40	R\$ 246,51	R\$ 9.860,40
09	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLOTAGEM – ADESIVO DE VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (1440DPI) DE LONGA DURAÇÃO COM LAMINAÇÃO TRANSPARENTE, ALTA ADERÊNCIA, APLICÁVEL EM SUPERFÍCIES DIVERSAS,	M ²	2.000	R\$ 69,97	R\$ 139.940,00





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	REMOVENDO PLOTAGENS PRÉ EXISTENTES. A APLICAÇÃO DA PLOTAGEM SERÁ IDENTIFICATIVA EM PAINÉIS PLANOS (VIDROS, PORTAS, JANELAS E FACHADAS) COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES				
10	PLOTAGEM DE VEÍCULOS, EM ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL 4X0, COM VERNIZ UV.(USO EXTERNO). COM REMOÇÃO DE PLOTAGENS EXISTENTES, ARTE E INSTALAÇÃO INCLUSA.	M ²	300	R\$ 74,92	R\$ 22.476,00
11	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 2.00X1.00M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 101,00	R\$ 10.100,00
12	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 3.00X1.20M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL.	UNID	100	R\$ 111,20	R\$ 11.120,00
13	BANNER EM LONA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 1,20X0,90M, IMPRESSÃO ADESIVADO OU DIGITAL	UNID	100	R\$ 71,66	R\$ 7.166,00
14	CARTÃO DO CEFIR – PAPEL OFFSET 240 G BRANCO, MEDIDAS APROXIMADAS 7,5 X 10,5 CM COR 1X1	UNID	15.000	R\$ 0,18	R\$ 2.700,00
15	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO/MANIPULADOR DE ALIMENTOS - 15 X 10 PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM (ABERTO) , E 7,5 X 10 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE	UNID	80.000	R\$ 0,52	R\$ 41.600,00



	E VERSO COR 1X1				
16	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO - PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. DUAS DOBRAS, MEDIDAS APROXIMADAS 28,5X 7,5 CM (ABERTO) , E 9,5 X 7,5 CM (FECHADO) IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1	UNID	100.000	R\$ 0,49	R\$ 49.000,00
17	CARTEIRA/VACINA , MEDIDAS APROXIMADAS 10 X 6 CORES – PAPEL OFFSET 240G. (CONFORME MODELO A SER DEFINIDO PELO MUNICÍPIO)	UNID	50.000	R\$ 0,56	R\$ 28.000,00
18	CARTEIRA CONTROLE PRESSÃO E GLICEMIA, 11CM DE ALTURA E 21 CM DECOMP (ABERTO) E 11CM DE ALTURA E 10,5 CM DE LARGURA (FECHADO), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO , IMPRESSAO 1X1,	UNID	60.000	R\$ 0,27	R\$ 16.200,00
19	CADERNETA DA GESTANTE; LIVRETO, FORMATO FECHADO: 14 X 21,5 CM FORMATO CAPA ABERTA: 52,8 X 21,5 CM COM 3 DOBRAS CORES CAPA: 4X2 CORES MIOLO: 2X2 PAPEL CAPA: ALTO ALVURA OFF SET 240G; PAPEL MIOLO: PAPEL ALTO ALVURA OFF SET 120G ACABAMENTO: DOIS GRAMPOS CANOA; FORMATO ABERTO: 51,4 X 21,5 CM 3 DOBRAS CORES 2X2; PAPEL: ALTO ALVURA OFF SET 120G. Nº DE PÁGINAS 61 NO TOTAL	UNID	40.000	R\$ 15,04	R\$ 601.600,00
20	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS, MEDIDAS APROXIMADAS 21X21CM EM	UNID	10.000	R\$ 0,71	R\$ 7.100,00

	PAPEL COUCHÉ, COM 1 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4					
21	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X0	UNID	15.000	R\$ 0,40	R\$ 6.000,00	
22	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 15X21CM EM PAPEL COUCHÉ, IMPRESSÃO 4X4	UNID	15.000	R\$ 0,63	R\$ 9.450,00	
23	MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADO TIPO FOLDERS MEDIDAS 30X21CM (ABERTO) E 10X21 (FECHADO) EM PAPEL COUCHÉ, COM 2 DOBRA, IMPRESSÃO 4X4	UNID	3.000	R\$ 0,66	R\$ 1.980,00	
24	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINA MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00	
25	CADERNETA DE SAÚDE CRIANÇA MENINO MODELO: PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	15.000	R\$ 5,20	R\$ 78.000,00	
26	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL, PAPEL OFF SET 75G/M@² AZUL, NUMERADO, 2 VIAS VIA , ACABAMENTO COLA E SERRILHA . BLOCO COM 50 FOLHAS	UNID	5.000	R\$ 8,76	R\$ 43.816,67	
27	LIVRETO EM PAPEL COUCHÉ 90G 4X4 CORES. DIMENSÕES ABERTO: 30X20CM. DIMENSÕES FECHADO: 20X15CM. QUANTIDADE APROXIMADA DE PÁGINAS: 20. GRAMPEADO	UNID	15.000	R\$ 4,45	R\$ 66.750,00	
28	CARTEIRA DE SAÚDE - 15 X 10	UNID	20.000	R\$ 0,93	R\$ 18.666,67	

	PAPEL OFFSET BRANCO 240 G. FRENTE E VERSO, MEDIDAS APROXIMADAS 15X 10 CM IMPRESSO FRENTE E VERSO COR 1X1				
29	CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PACIENTE COM SUSPEITA DE DENGUE - TAMANHO 20,5 X 9 CM, FRENTE E VERSO.), 1 DOBRA PAPEL OFFSET 240 G, COR BRANCA COM IMPRESSAO EM PRETO, IMPRESSAO 1X1	UNID	50.000	R\$ 0,78	R\$ 38.833,33
30	PASTA COM ORELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X1, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE 300G, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UNID	5.000	R\$ 1,58	R\$ 7.900,00
31	PASTA COM OR ELHA COM BOLSO , TAMANHO DE 22,5 x31,5MM, CORES 4X0, EM PAPEL COUCHÊ BRILHANTE 300G, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UNID	5.000	R\$ 2,01	R\$ 10.050,00
32	TAPETE TIPO CAPACHO CLEANKAP (NYLON) 6MM ANTIDERRAPANTE, BORDA FLEX, TAMANHOS, CORES E INSCRIÇÃO A DEFINIR, RESISTENTE A ÁGUA, EFICIÊNCIA NA RETENÇÃO DE SUJEIRA, FÁCIL MANUTENÇÃO E LIMPEZA	M ²	300	R\$ 198,77	R\$ 59.631,00
33	PORTA BANNER COM GARRAS, MEDIDA APROXIMADA ALTURA 2,20M .	UNID	50	R\$ 200,17	R\$ 10.008,50
TOTAL GERAL					R\$ 2.661.274,90

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:





- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio





econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. *(Salvo nos casos em que houver índice específico, em que este deverá ser observado e incluído no contrato em substituição ao IPCA)*

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na entrega dos itens por culpa do Contratado.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;





- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;
- 9.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e





tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.





10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:





- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv. Multa:

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.





12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.





13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal 361/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.





17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Navegantes/SC, de de

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Navegantes Secretaria: Diretoria:			PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO				
Descrição dos Serviços:			Edital:		Nº Folha:		
			Objeto:		Unidade de Medida:		
			Item:	01			
A	EQUIPAMENTOS	Quantid.	UTILIZAÇÃO		CUSTO OPERACIONAL		CUSTO HORÁRIO
			Produtiva	Improd.	Produtiva	Improd.	
1			0	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2					R\$ -	R\$ -	R\$ -
3					R\$ -	R\$ -	R\$ -
4					R\$ -	R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -	R\$ -
						TOTAL (A)	R\$ -
B	MÃO DE OBRA			Quantid.	SALÁRIO HORA	CUSTO HORÁRIO	
						R\$ -	R\$ -
1					R\$ -	R\$ -	R\$ -
2					R\$ -	R\$ -	R\$ -
3					R\$ -	R\$ -	R\$ -
4					R\$ -	R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -	R\$ -
						TOTAL (B)	R\$ -
C	PRODUÇÃO DA EQUIPE		2	CUSTO HORÁRIO = (A + B)		R\$ -	
D	Custo Unitário da Equipe			CUSTO HORÁRIO D = (A + B) / (C)			R\$ -
C	MATERIAIS	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
					UNID	0	
1				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
4				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
5				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
7				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
						TOTAL (C)	R\$ -
D	SERVIÇOS AUXILIARES	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
					UNID	0	
1				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
4				R\$ -	R\$ -	R\$ -	
						TOTAL (D)	R\$ -
E	TRANSPORTE	DMT - km	Unid.	Consumo	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO	
						km	0
1					R\$ -	R\$ -	R\$ -
2					R\$ -	R\$ -	R\$ -
3					R\$ -	R\$ -	R\$ -
4					R\$ -	R\$ -	R\$ -
						TOTAL (E)	R\$ -
CUSTO DIRETO TOTAL [(A + B + C + D + E)]							R\$ -





PREÇO UNITÁRIO		
	PREÇO UNITÁRIO ADOTADO	

